

EXPRESSIVISMO REALISTA: SOBRE UMA POSSÍVEL CONVERGÊNCIA ENTRE TEORIAS METAÉTICAS¹

Darlei Dall'Agnol

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Resumo: O objetivo do presente trabalho é reconstruir e analisar criticamente a proposta defendida por David Copp, em *Morality in a Natural World – Selected Essays in Metaethics*, de uma teoria metaética chamada “expressivismo realista”. Na primeira parte do trabalho, vou reconstruir os traços mais gerais do pensamento ético de Copp e, mais especificamente, vou apresentar o expressivismo realista como opção metaética. Na segunda, vou avaliar criticamente a possibilidade de compatibilizar o expressivismo com o realismo mostrando que o cognitivismo prático evita os problemas do expressivismo realista e possui inúmeras outras vantagens.

Palavras-chave: David Copp, naturalismo, expressivismo realista, cognitivismo prático, metaética.

Abstract: The aim of this study is to reconstruct and analyze critically the proposal defended by David Copp in his work *Morality in the Natural World - Selected Essays in Metaethics*, of a meta-ethical theory called "realist-expressivism." In the first part of the paper, I will reconstruct the more general features of Copp's ethical thinking and, more specifically, I will present the realist expressivism as a metaethical option. On the second part, I will critically evaluate the possibility of reconciling expressivism and realism showing that the practical cognitivism avoids the problems from realist-expressivism and has numerous other advantages.

Keywords: David Copp, naturalism, realist-expressivism, practical cognitivism, metaethics.

¹ A primeira parte deste trabalho foi apresentada no Simpósio de Ética e Filosofia Política, em Itatiaia/RJ. Agradeço aos participantes pelas sugestões, comentários e críticas e, ao CNPq, pelo apoio ao meu projeto de pesquisa sobre as bases metaéticas da bioética.

Introdução

A tentativa atual de mostrar convergências entre enfoques metaéticos que, tradicionalmente, foram considerados como representando perspectivas filosóficas opostas chama atenção. A pura e simples polarização entre, por um lado, o cognitivismo (a perspectiva filosófica que afirma que há conhecimento moral) e o realismo (a visão de que esse conhecimento expressa a existência de propriedades e fatos morais) e, por outro lado, a sua pura negação, ou seja, o não-cognitivismo e o anti-realismo, pode de fato não fazer sentido. Assim, não apenas podemos ter cognitivistas que não são realistas como também temos anti-realistas que são cognitivistas. Além disso, enfoques mais sofisticados como, por exemplo, o quase-realismo, não se enquadram, aparentemente, em nenhum dos dois lados da dicotomia acima apresentada. Precisamos, enfim, de um bom mapa metaético para nos guiar nessas discussões, mas a tentativa de fazer convergir os enfoques metaéticos parece fazer sentido.

O objetivo do presente trabalho não é, todavia, apresentar um panorama dessas discussões, mas, mais modestamente, reconstruir e analisar criticamente a proposta defendida por David Copp, em *Morality in a Natural World - Selected Essays in Metaethics*, de uma teoria metaética chamada “expressivismo realista”. Geralmente, o expressivismo, isto é, o enfoque metaético que sustenta que quando emitimos um juízo moral não representamos nenhum fato do mundo, mas apenas externamos nossos sentimentos ou emoções de aceitação ou reprovação de certas formas de conduta ou qualidades de caráter etc. é identificado como sendo não-cognitivista e, por conseguinte, deveria ser também considerado não realista ou até mesmo antirealista. Por isso, na primeira parte do trabalho, vou reconstruir os traços mais gerais do pensamento ético de Copp e, mais especificamente, vou apresentar o expressivismo realista como opção metaética. Na segunda, vou avaliar criticamente a possibilidade de compatibilizar o expressivismo com o realismo mostrando que o cognitivismo prático evita os problemas do expressivismo realista e possui inúmeras outras vantagens.

1. Expressivismo Realista

Em linhas gerais, David Copp procura defender um enfoque *naturalista* da moral dando conta de uma dificuldade geralmente associada a esse tipo de enfoque metaético, a saber, a de explicar a *normatividade*. Tal dificuldade pode ser apresentada a partir do problema humeano, a saber, da suposta impossibilidade de derivar um dever-ser (*ought*) ou valores a partir daquilo que é (*is*) o caso, ou seja, de fatos naturais. Ela também surge a partir do argumento da questão-aberta de Moore que pode ser reconstruído desse modo: para qualquer definição natural de 'bom' (por exemplo, *prazeroso* ou *mais evoluído* etc.) sempre será possível perguntar se o *definiens* é realmente bom e, se a pergunta fizer sentido, mostra-se que não existe *identidade* entre eles e, portanto, que a moral não se deixa *reduzir* ao natural. Em outras palavras, termos morais parecem possuir uma característica irreduzivelmente normativa que não é a princípio captada por uma explicação naturalista da moral. Copp parte da dificuldade apresentada a partir dos dois argumentos mencionados, mas também assume o desafio de mostrar que o naturalismo pode explicar a normatividade.

O naturalismo pode ser definido, metafisicamente, como a visão de que todos os fatos são estados de coisas naturais. Se existirem fatos morais, eles também serão naturais. Por isso, naturalistas, sejam redutivistas (Peter Railton) ou não (Escola de Cornell), são em geral também realistas morais. Todavia, pode-se negar que existam fatos morais e, nesse sentido, o naturalismo pode ser compatível com perspectivas não-cognitivistas que afirmam que julgamentos morais são expressões de estados mentais apenas e não de fatos. O naturalismo pode, inclusive, ser compatível com a teoria do erro de Mackie que sustenta que julgamentos morais cotidianos são sistematicamente falsos, pois pressupõem que existam valores absolutos quando na realidade eles não existem.

Copp está mais interessado, entretanto, no naturalismo tomado num outro sentido, a saber, na ideia de que todo conhecimento, incluindo o moral, é empírico e pode ser tratado cientificamente. Ele insere-se, portanto, num programa *quineano* de naturalização da filosofia, não apenas da epistemologia, mas também da própria ética tornando-a uma ciência como outra qualquer. Esse tipo de naturalismo pode ser tomado apenas num sentido metodológico e não necessariamente metafísico. Nesse sentido, Copp

compreende a moral a partir de uma *teoria centrada-na-sociedade* (*society-centered*), isto é, na tese de que as sociedades possuem necessidades cuja satisfação depende da cooperação entre indivíduos e, por isso, criam-se regras morais para coordenar as ações de seus membros estabelecendo-se para tal *padrões* normativos de comportamento. Tais padrões fornecem as *condições de verdade* dos julgamentos morais e, portanto, juízos morais seriam portadores de conhecimento. Vou esclarecer melhor esse ponto a seguir. Disso se segue, então, que todo conhecimento moral é empírico, que o naturalismo não é incompatível com a existência de proposições morais auto-evidentes, que é possível explicar como predicados morais se referem a propriedades naturais, que existem diferentes tipos de normatividade (moral, legal, epistêmica etc.), mas que nenhuma é incompatível com razões naturais auto-fundadas no interesse e assim por diante. Quer dizer, o projeto geral é oferecer uma explicação naturalizada para a moralidade.

Tendo apresentado uma visão bastante geral e abreviada do projeto naturalista de Copp, podemos agora detalhar alguns pontos de sua perspectiva metaética. No capítulo 5 de seu livro (“Realist-Expressivism: a Neglected Option for Moral Realism”), que utilizaremos aqui como texto central para expor a posição metaética em questão, Copp apresenta seu enfoque realista nestes termos:

Ele mantém que as nossas crenças e julgamentos morais representam estados de coisas morais e podem ser adequados ou não a esses estados de coisas, sendo esta a tese realista central, mas sustenta também que, ao fazermos asserções morais, nós expressamos certas atitudes caracteristicamente conativas ou estados motivacionais, sendo esta a visão positiva central do expressivismo (COPP, 2007, p.154).

Em outros termos, o expressivismo realista sustenta tanto a tese de que ao julgarmos moralmente exibimos estados mentais quanto a de que há propriedades e fatos morais.

O expressivismo-realista é, por conseguinte, composto de duas teses centrais:

i) uma tese de filosofia da mente: julgamentos morais *expressam* estados conativos;

ii) uma tese epistêmico-ontológica: existem *asserções* morais verdadeiras e também *propriedades* morais e *atos* morais (que são considerados naturais).

É necessário esclarecer, entretanto, que além dessas duas teses centrais, o expressivismo-realista sustenta que existe uma diferença entre o estado da mente de alguém que *crê* que mentir é errado e o estado da mente de alguém que subscreve uma proibição da mentira. Para Copp, então, o expressivismo realista, apesar de elucidar a intuição subjacente ao internalismo, é compatível com uma psicologia moral externalista. Não entraremos nesse ponto no presente trabalho.²

O enfoque metaético de Copp exclui, se verdadeiro, as diferentes abordagens do expressivismo *antirealista* (o emotivismo de Ayer e Stevenson, o prescritivismo de Hare, o expressivismo-de-normas de Gibbard I e o quase-realismo de Blackburn e Gibbard II). As diferenças entre um expressivismo antirealista e o expressivismo realista são sutis e podem ser resumidas da seguinte maneira: enquanto o expressivismo realista sustenta que a função semântica dos predicados morais é referir a propriedades morais tais como correção, bondade etc. e que essas propriedades têm o mesmo status ontológico que outras propriedades ordinárias não-morais (descritivas), o expressivista antirealista nega essa tese, ou seja, que existam propriedades morais *robustas* e, desse modo, termos morais apenas *recomendam* (Stevenson) ou *prescrevem* (Hare) cursos de ação ou *expressam* a aceitação de um sistema de normas (Gibbard I) ou possuem uma *aparência realista*, mas isso é um erro explicável por uma boa teoria filosófica (Gibbard II e Blackburn) e ... nada além disso. Por conseguinte, para um “expressivista puro” não existiriam propriedades ou fatos morais. Por outro lado, o expressivismo realista aceita a tese *positiva* do expressivismo antirealista, principalmente, gibbardiano (o que fazemos quando emitimos um juízo moral é expressar um estado mental), mas não a tese *negativa* (não nos referimos a propriedades morais robustas).

É necessário, agora, reconstruir de forma um pouco mais detalhada a argumentação de Copp que dá sustentação para essas teses. Começemos com

² Sobre o debate entre internalistas e externalistas ver o artigo de Stephen Darwall “Razões, motivos e as exigências da moralidade: uma introdução.” In: DARWALL *et al.*, 2013, p. 291-317.

a tese de filosofia da mente, propriamente *expressivista*, da posição de Copp (seções 3 a 5 do capítulo 5 do livro mencionado). Primeiramente, convém salientar que, de acordo com Copp, asserções morais são atos-de-fala que possuem *conteúdo* moral, isto é, uma elucidação pragmática do que é expresso num julgamento moral mostrará que há uma relação linguística importante entre asserções morais e estados conativos da mente. Por exemplo, pedir desculpas é expressar arrependimento. Nesse ponto, Copp apóia-se num outro resultado do pensamento filosófico de Moore: certas sentenças mostram que não é possível asserir p e não acreditar em p , ou seja, a asserção de que p , expressa a crença em p (talvez possamos acrescentar: se o falante é sincero). Sentenças Moore-paradoxais são da seguinte-forma: p & \sim Ap ou p & A \sim p) (chove, mas não acredito que esteja chovendo ou chove, mas acredito que não esteja chovendo).³ A conclusão, então, é que a asserção moral que M (por exemplo, mentir é moralmente errado) expressa um estado conativo ou motivacional C-M (Eu subscrevo a norma que proíbe a mentira), distinto da crença que M, que é expresso no ato-de-fala.

A tentativa de compatibilização entre o expressivismo e o realismo é feita por Copp a partir de uma semântica supostamente fregeana. Na segunda parte deste artigo, vou procurar mostrar que isto traz problemas para a sua proposta. Para um expressivista realista, é em virtude da “coloração” (no texto original de Frege, *Färbung* (em Inglês, *coloring*)) dos termos morais que eles expressam estados da mente. Por exemplo, na sentença “O vira-lata do vizinho latiu a noite toda,” usamos um termo “colorido” de desprezo pelo cachorro do vizinho (a saber, o chamamos de “vira-lata”), mas ela possui o mesmo valor de verdade da asserção “O cachorro do vizinho latiu a noite toda.” Ambos expressam, supostamente, o mesmo pensamento e Frege supostamente negaria que as expressões “cachorro” e “vira-lata” possuem *referências* diferentes nesses contextos proposicionais possuindo então o mesmo significado básico. Lembremos que, para Frege, tanto as proposições possuem *sentido* (*Sinn* = o pensamento, isto é, não o ato subjetivo de pensar, mas o seu conteúdo objetivo) e *referência* (*Bedeutung* = o valor de verdade) quanto os nomes possuem sentido (o modo de apresentação do objeto) e referência (o próprio objeto⁴). Por isso, o que estabelece a “coloração” de um

³ Para um estudo do chamado “Paradoxo de Moore” ver: NEVES, E.F. *O Paradoxo de Moore*. Pelotas: EUFPel, 2011 (cf. também DALL'AGNOL, 2011).

⁴ Sobre esse ponto ver: “Sobre o Sentido e Referência” (FREGE, 1997, p.151-171).

termo são as convenções linguísticas governando o uso dos nomes. Tal “coloração” poderia, entretanto, ser evitada, segundo Copp. Ele usa quatro testes para ver se um termo possui “coloração”:

- (i) o teste da verdade de Frege;
- (ii) o teste do destacamento (*detachability*) de Grice;
- (iii) o teste do cancelamento (*cancelability*) do próprio Copp; e, finalmente,
- (iiii) o teste do mau uso (COPP, 2007, p.173).

Não entrarei nos pormenores de cada um dos testes aqui. Vou apenas ilustrar como funciona o teste do cancelamento do próprio Copp. Suponha, então, que na asserção “Georg é um Yankee,” a palavra “Yankee” conote desprezo pelas ações imperialistas do ex-presidente americano Georg Bush. Tal coloração pode ser cancelada numa sentença complexa tal como “Se Georg é um Yankee, ele comemorará no dia 04 de julho.” A conotação de desprezo parece ter desaparecido, pois “Yankee” pode significar apenas “americano” (= nascido ou naturalizado nos Estados Unidos da América). Chamemos, então, de “expressivismo fregeano” a tese de que um usuário da linguagem expressa um estado mental quando usa um termo convencionalmente colorido implicando, *ceteris paribus*, que está nesse estado mental. Para Copp, termos morais expressam um estado mental nesse sentido especificamente fregeano.

À pergunta *qual estado mental?*, Copp daria uma resposta gibbardiana:⁵ o estado mental de subscrever à norma relevante (seções 6 e 7 do referido capítulo). Vou, agora, explicitar melhor esse ponto. Copp considera contraditório afirmar “Mentir é errado, mas não há nenhuma norma moral ou padrão social que o proíbe.” Por “norma” ou “padrão moral” entende-se, aqui, também algo gibbardiano: um conteúdo que pode ser expresso por um imperativo. Assim, a tese de que quando alguém emite um juízo moral M expressa um estado mental C-M depende da *teoria centrada-na-sociedade*, por exemplo, na ideia de que um padrão moral está justificado se

⁵ Para uma visão geral da posição metaética chamada “expressivismo-de-normas,” enfoque do que considero Gibbard I, ver o seu texto “Escolhas sábias, sentimentos apropriados”, in: DARWALL *et al.* 2013, p. 209-248.

ele contribui para satisfazer as *necessidades básicas* de uma sociedade tais como: continuidade física, harmonia interna, interação cooperativa, relações pacíficas com os vizinhos etc. Por conseguinte, propriedades morais são *relacionais*: se mentir é errado, isto significa que tal comportamento vai contra um padrão social necessário para uma sociedade *S*. Pode-se perceber, então, que o estado mental *expresso* na asserção de uma proposição moral é a de “subscrição a um padrão moral”, ou seja, um endosso (gibbardianamente falando, “*a kind of endorsement*”) a um sistema de normas.

É necessário esclarecer, a esta altura, que a relação entre a asserção de uma sentença moral *M* *implica* (*implies*) e não *acarreta* (*entails*) que o agente está no estado mental C-M. Copp segue aqui a noção de *implicação convencional* (*conventional implicature*) de Grice, cuja tese central é a de que aquilo que se segue de uma asserção depende de convenções governando o uso das sentenças. Assim, a frase “Maria é pobre, mas ela é honesta,” literalmente tomada, pode significar que ela é pobre e honesta. Todavia, ela pode também implicar, pela presença da palavra “mas,” que há uma conotação de oposição entre honestidade e pobreza. Copp primeiramente defendeu que há uma implicação *conversacional* entre *M* e C-M (1995), isto é, depende do ato-de-fala, mas no trabalho que estamos analisando, a saber, *Morality in a Natural World* (2007), ele optou pelo expressivismo realista de base *convencional* rejeitando tanto a visão de que há algum tipo de acarretamento quanto a de que não há implicação alguma. Quer dizer, depende da *convenção* do significado de “pobre” e “honesto” saber se há uma implicação de oposição na asserção acima feita. Novamente, nota-se o aspecto colorido dos termos morais. O sentido relevante, portanto, de “expressão” de um estado C-M de quem assevera *M* é o de *implicação convencional*.

Tendo explicado o que há de *expressivista* no expressivismo realista, é necessário, neste momento, esclarecer de forma mais pormenorizada o que há de propriamente *realista* na proposta de Copp (feita na seção 8 do referido capítulo). Nesse particular, convém explicitar basicamente em que sentido uma asserção moral possui *valor de verdade*. Para Copp, a asserção “Mentir é moralmente errado” é uma proposição portadora de verdade ou falsidade. Essa proposição atribui ao mentir uma propriedade moral *robusta* (moralmente errado) que pode ser explicada como sendo proibida pelo código moral de uma determinada sociedade. Por isso, se uma pessoa *A* expressa a sua crença nessa proposição, ela *implica*, convencionalmente falando, que ela *subscreeve* um padrão social que proíbe a mentira. Portanto, a

proposição “Mentir é moralmente errado” possui valor de verdade e é exatamente nesse sentido que o expressivismo realista é *cognitivista*. Assim, a possibilidade da verdade ou falsidade de julgamentos morais é feita a partir de *propriedades* morais. Por isso, o enfoque é *realista* –pressupõe que existem propriedades morais– & expressivista – supõe que o pensamento moral e o discurso envolvem algum tipo de endosso – (cf. COPP, 2007, p. 265).

Segue-se, claramente, que Copp recusa teorias da verdade incompatíveis com a sua proposta metaética. Por exemplo, ele não aceita uma concepção puramente deflacionista de verdade ($p \text{ é } V \equiv p$) que poderia dar sustentação a uma teoria simplesmente expressivista da moralidade. Não abordaremos, todavia, este aspecto da proposta de Copp.

Perguntemos, para finalizar essa primeira parte puramente reconstrutiva, quais são as vantagens do expressivismo-realista? Para Copp, elas são basicamente três:

(i) permite aos realistas morais e aos naturalistas resistir aos argumentos dos expressivistas anti-realistas concordando com a ideia de que há uma espécie de endosso que expressa um estado mental quando alguém emite um juízo moral;

(ii) explica a normatividade do discurso moral distinguindo entre crer que algo é moralmente errado e subscrever um sistema normativo expressando um estado mental;

(iii) possibilita ao realista moral uma compreensão dos argumentos de que há um hiato entre ser e dever-ser ou uma questão-aberta ou uma falácia ou argumentos similares;

Tendo reconstruído os principais elementos teóricos do expressivismo-realista, podemos agora fazer uma análise crítica desse enfoque metaético. A seguir, então, farei uma avaliação iniciando por marcar, que é, na minha opinião, a diferença básica entre expressivismo e realismo.

2. Expressivismo, realismo e cognitivismo prático

Para começar, é fundamental tentarmos ter clareza sobre o que de fato diferencia realistas tais como Railton ou Boyd de expressivistas tais como

Gibbard e Blackburn.⁶ A diferença central parece residir na própria compreensão da *explicação* da normatividade da moral. Enquanto realistas sustentam que temos crenças morais porque elas estão, por assim dizer, “*rastreando*” (*tracking*) o bom, o correto etc., expressivistas defendem que tais crenças morais apenas projetam nossas convicções para o mundo e estão, por assim dizer, “anunciando” (*trailing*) o bom, o correto, o virtuoso, o vicioso etc. Dito de outro modo, os representantes da primeira posição seriam uma espécie de detetives a procura de propriedades morais reais enquanto os aqueles da segunda são projetivistas.

Para avaliar criticamente a possibilidade de compatibilizar ou fazer convergir essas posições metaéticas, especialmente a proposta do expressivismo realista, é necessário retomar alguns pontos dos pressupostos filosóficos mais gerais que Copp utiliza. O que significa admitir, fregeanamente, que certos termos possuem “coloração”? Para Frege, tais expressões “coloridas” são próprias da arte da eloquência poética. Em seus termos:

Tais coloridos e sombreados não são objetivos, mas devem ser evocados pelo próprio ouvinte ou leitor, conforme as sugestões do poeta ou do orador. Se não houvesse alguma afinidade entre as representações humanas, a arte seria certamente impossível; mas nunca se pode averiguar exatamente até onde nossas representações correspondem às intenções do poeta. (FREGE, 1977, p. 155)

Se levarmos, então, a sério a tese de Frege e a aplicarmos ao domínio da ética, perceberemos que a objetividade dos julgamentos morais fica completamente comprometida.

Dito de outro modo, reconhecer que termos e expressões morais são “coloridos” equivale a abandonar as pretensões de atribuição de valor de verdade aos julgamentos morais. Como Frege mostrou, não nos interessa se o nome ‘Odisseu’ possui referência (*Bedeutung*) na medida em que aceitamos o poema como obra de arte. Há uma diferença significativa entre a função emotiva ou expressiva da linguagem e a sua função referencial. Por

⁶ Para uma apresentação geral de um enfoque realista, ver o artigo “Realismo Moral” de Peter Railton, in: DARWALL *et al.*, 2013, p. 105-158. Para uma apresentação de uma posição antirealista ver o texto, no mesmo livro (p. 249-274) de Gibbard “Saber o que fazer, ver o que fazer” representando o que denominamos aqui “Gibbard II” que se aproxima muito da posição quase-realista de Blackburn.

consequente, o projeto de Copp encontra aqui uma séria dificuldade e parece encaminhar-se mais para o expressivismo do que para o realismo. Quer dizer, perde-se, com a aceitação da tese fregeana, a própria objetividade da moral. Talvez isso seja filosoficamente adequado, mas então a metaética de Copp é simplesmente expressivista e falha em encontrar um ponto de convergência com o realismo. Por isso, a suposta vantagem do expressivismo realista, a saber, que “permite aos realistas morais e aos naturalistas resistir aos argumentos dos expressivistas anti-realistas concordando com a ideia de que há uma espécie de endosso que expressa um estado mental quando alguém emite um juízo moral” não representa vantagem alguma, mas é uma clara concessão ao expressivismo que então pode negar que juízos morais sejam portadores de valor de verdade e, principalmente, que eles correspondem a fatos morais.

Esse ponto pode ser percebido também por outro caminho. Parece claro que certas expressões podem ter uma função expressiva e, ao mesmo tempo, denotar propriedades objetivas, mas é necessário atentar para a sua ocorrência em, para usar um jargão wittgensteiniano, diferentes jogos-de-linguagem. Em muitos contextos, alguém pode querer dizer que *Está chovendo* quando emite a sentença “Eu acredito que esteja chovendo”. Este fenômeno, entretanto, deve-se a um uso não rigoroso ou ambíguo da expressão “Eu acredito,” pois, bem analisada, a sentença “Eu acredito que esteja chovendo” significa somente que um determinado sujeito tem uma crença particular e não que um fato ocorre no mundo. Para verificar esse ponto, basta lembrar que a sua crença pode ser falsa. Por outro lado, não é em si mesmo errado usar a sentença “Eu acredito que esteja chovendo” para significar, grosso modo, que está chovendo. Depende do jogo-de-linguagem que estamos usando. Por conseguinte, Copp parece enfrentar uma dificuldade para sustentar a teoria expressivista realista que se apóia numa certa ambiguidade de certas expressões que, numa última análise, precisa ser eliminada pela explicação filosófica adequada.

Nesse sentido, se esse ponto é verdadeiro, a segunda vantagem do expressivismo realista também é duvidosa. Em outros termos, supostamente o expressivismo realista “explica a normatividade do discurso moral distinguindo entre crer que algo é moralmente errado e subscrever um sistema normativo expressando um estado mental,” mas essa diferença não é suficiente para não demarcar de forma mais rigorosa a distinção entre um sujeito crer que algo ocorre e o fato existir. Por conseguinte, ao contrário do

que Copp acredita, não há uma explicação adequada da normatividade do discurso moral. Como veremos a seguir, o cognitivismo prático proporciona uma explicação melhor da natureza da normatividade.

Por outro lado, um realista pode responder a Copp que não se sente convencido da suposta terceira vantagem do expressivismo realista. É claro que sempre que falamos de “realismo” precisamos esclarecer um pouco esse termo, pois há inúmeros subtipos. Claramente, Copp não defende um tipo de realismo platônico como aquele que pode estar presente numa teoria metaética intuicionista. Ele sustenta o tipo de realismo subjacente ao naturalismo, ou seja, que fatos e propriedades morais são entidades naturais entre outras, independentemente do que sujeitos particulares pensam. Mas lembremos da suposta terceira vantagem do expressivismo realista, a saber, que ele possibilita ao realista moral uma compreensão dos argumentos de que há um hiato entre ser e dever-ser ou uma questão-aberta ou uma falácia ou argumentos similares. Esse não é, todavia, o caso. Mas, mais importante ainda, nem todos os realistas ficariam impressionados com essa vantagem (se ela existisse) e muitos, ao contrário, não aceitariam a não redutibilidade das propriedades morais ou dos conceitos morais a propriedades naturais. Se esse projeto reducionista é bem sucedido, então, não haveria hiato entre ser/dever-ser ou falácia ou até mesmo questões abertas. Para comprovar esse ponto, basta considerar o tipo de realismo sustentado por Railton, mencionado há pouco.

Para finalizar essa seção, gostaria de apresentar, a partir de agora, uma forma de analisar a moralidade que, de fato, mostra ser possível superar a polarização entre certas teorias metaéticas. Vou partir da pressuposição de que somente há conhecimento no sentido proposicional (*knowing-that*), ou seja, que somente proposições no sentido estrito são portadoras de verdade ou falsidade e que todas as enunciações que não satisfazem esse critério não expressam saber algum. Ora, grande parte das discussões metaéticas contemporâneas partilham dessa pressuposição seja para afirmar seja para negar que exista conhecimento moral. Por um lado, as teorias não-cognitivistas citadas na primeira seção negam que exista conhecimento moral: para Ayer e Stevenson então elas são expressões de emoções; para Hare, elas são prescrições e não descrições; para Gibbard I, elas são atitudes de endosso a um sistema de regras; para Gibbard II e Blackburn elas são projeções etc. Por outro lado, para cognitivistas tais como Moore nossas intuições apreendem certas propriedades morais, especialmente, a bondade que é simples, não-analisável e indefinível (ao menos, em termos naturais ou

metafísicos); para naturalistas tais como Railton e membros da Escola de Cornell, além do próprio Copp, o conhecimento moral é análogo ao das ciências naturais, ou seja, também é empírico etc. Vamos formular a seguinte hipótese agora: suponhamos que todas essas teorias metaéticas cometam o mesmo erro, ou seja, que partam da pressuposição de que somente há conhecimento no sentido proposicional quando, na realidade, há outras formas de conhecimento como, por exemplo, o saber-como (*knowing-how*). Acrescentemos, agora, a tese de que o saber-como é *irredutível* ao saber-que e, portanto, não pode ser definido em termos de crenças ou proposições. Se esse for o caso, então temos boas razões para recusar o ponto de partida de todas as teorias éticas mencionadas e trabalharmos com um enfoque que permite anular as divergências recusando o pressuposto comum.

Tenho desenvolvido nos últimos anos um enfoque metaético baseado na tese de que o conhecimento moral precisa ser compreendido em termos de saber-como e não em termos puramente proposicionais. Tal enfoque, chamado “cognitivismo prático,” sustenta que há conhecimento moral e que ele é melhor compreendido como um subtipo do saber-como. Para comprovar essa tese central, fiz uma análise conceitual do saber-como mostrando que um sujeito o possui se ele foi treinado a ϕ r, sendo esta atividade composta por normas, e tal sujeito adquiriu a capacidade de segui-las. Por isso, o saber moral é definível em termos de *capacidades adquiridas para seguir normas* e não como *crenças justificadas em proposições verdadeiras*. Para tornar essa tese plausível, basta ilustrar quando uma pessoa sabe-como comportar-se moralmente (ou não), por exemplo, quando sabe-como cuidar de um indivíduo vulnerável. Vou desenvolver esse ponto a seguir.

A discussão sobre a redutibilidade ou não do saber-como ao saber-que ganhou notoriedade, recentemente, com a tentativa de Jason Stanley de mostrar que esse pode ser o caso (cf. bibliografia), mesmo contra todas as evidências atuais da neurociência que distingue entre memória declarativa e não-declarativa. Todavia, o seu projeto fracassa, primeiro, por assumir um “modo prático de representação” que não pode ser explicado simplesmente em termos proposicionais e, segundo, porque é difícil perceber como alguém pode simplesmente a partir de uma série de informações, ou seja, de proposições verdadeiras, sobre, por exemplo, tocar piano, efetivamente conseguir mostrar que é capaz de fazê-lo. Se o modelo analítico acima apresentado está, em linhas gerais, certo, então é necessário treino, internalização de padrões normativos que estabelecem o que é correto ou

não, e, finalmente, efetivamente desenvolver as capacidades necessárias. Com a tese da irreducibilidade não quero, todavia, nem criar uma nova dicotomia, uma nova “dualidade da razão,” nem dar prioridade ao saber-como em relação ao saber-que como faria um pragmático nem vice-versa como, em geral, faz um intelectualista.⁷ Meu ponto, consiste simplesmente em tentar mostrar que não basta um conhecimento *de dicto* para *saber-como* tocar piano, mas é necessário também uma efetiva capacidade adquirida de seguir normas, ou seja, um conhecimento *de re*. Em outros termos, na moralidade, é necessário saber-como mesmo quando já sabemos-que tal-e-tal.

Alguém poderia objetar, entretanto, que pode ser o caso que uma pessoa é capaz de fazer algo sem saber-como. Por exemplo, ela poderia discriminar “automaticamente” certos objetos de outros sem conseguir explicitar um critério. Note-se, entretanto, que no modelo analítico acima apresentado o *ser-capaz-de* é uma condição necessária, mas não é suficiente, do saber-como. Além disso, se poderia objetar que alguém poderia ser capaz de fazer algo, por exemplo, de lançar uma flecha certa num alvo por puro acaso sem saber-como praticar tiro ao alvo com arco e flecha. Novamente, nem todas as condições acima estabelecidas foram satisfeitas e, então, eu tenderia a dizer que aquela pessoa não sabe-como. Finalmente, eu distinguiria habilidades inatas (saber como respirar) de adquiridas e, obviamente, sustento que a moralidade é adquirida e não inata.

O cognitivismo prático não precisa estar comprometido com teses metafísicas, sejam naturalistas sejam antinaturalistas. Tais posições possuem teorias metaéticas baseadas exclusivamente na pressuposição de que o conhecimento moral é do tipo saber-que. Por exemplo, uma visão naturalista metafísica afirma que somente há fatos naturais e, se existirem fatos morais, eles também serão naturais. Ora, o conhecimento factual é do tipo informativo, ou seja, uma expressão do saber-que. Já uma posição metaética antinaturalista como, por exemplo, a teoria do comando divino também pressupõe que o saber moral é do tipo saber-que. Já um cognitivista prático pode negar ambas as posições assumindo uma posição não-metafísica, não-naturalista.

⁷ Agradeço a Peter Railton pelas várias esclarecedoras sobre esses pontos durante o XV II Congresso da SIAF, em Salvador, outubro de 2013. Naquela ocasião, Railton apresentou um trabalho sobre *knowing how* e *knowing that* defendendo o que podemos considerar uma perspectiva não priorista, ou seja, que evita dar maior importância a um tipo de saber sobre o outro.

É possível também perceber facilmente que um cognitivista prático não precisa aceitar a tese naturalista no sentido epistêmico, ou seja, que reduz tudo ao saber-que próprio das ciências naturais. Claramente, um naturalista do tipo quineano não necessariamente está comprometido com um tipo de naturalismo metafísico, mas ao assumir que as ciências empíricas são as únicas fontes de conhecimento legítimo empobrece a compreensão de uma ampla gama de práticas que são constitutivas da vida humana, em especial, da moralidade. Para ser mais claro, ao centrar a análise do conhecimento moral no saber-como, um cognitivista prático pode perfeitamente fazer sentido a essas práticas. Além dos mais, ao analisar o saber-como em termos de capacidades para seguir normas, verifica-se imediatamente que, sendo as normas (princípios, regras etc.) artificiais e, portanto não naturais, fornecendo uma explicação melhor da normatividade em relação a dada pelo naturalismo, inclusive pela versão sustentada por Copp a partir do expressivismo realista.

É claro que muito precisa ser dito para complementar a exposição da explicação feita por um cognitivista prático da normatividade. Em especial, é necessário introduzir um critério que diferencie o saber-como moral do saber-como não-moral. Isto pode ser feito mostrando que um julgamento moral exibe uma valoração intrínseca, por exemplo, de um sujeito vulnerável quando fazemos o bem para ele porque isso é bom *para ele* ou quando respeitamos uma pessoa porque os direitos que ela possui são direitos *dela*. Além disso, é possível mostrar que as normas inerentes a essa valoração intrínseca (por exemplo, o princípio universal da não-maleficência e as regras que dele se seguem no caso do cuidado ou o princípio também universal do respeito pela pessoa e suas regras no segundo caso) são objetivas no sentido de possibilitarem a coordenação das ações intersubjetivamente formando as diferentes práticas humanas. Também é possível assumir uma determinada teoria da verdade compatível com a análise e a definição de saber-como que não é necessariamente a deflacionista criticada por Copp, mas pode ser, por exemplo, a coerencial. Não discutirei, entretanto, esse ponto aqui e tampouco examinarei se uma epistemologia baseada no saber-como é falibilista ou fundacionista.

Sob o ponto de vista ontológico, um cognitivista prático necessita apenas reconhecer que além de fatos enquanto fenômenos naturais existem também agentes livres, capacidades adquiridas além de, eventualmente, inatas e normas assim como existem processos sociais etc e muitos outros tipos de

entidades. Nesse sentido, os pressupostos ontológicos do cognitivismo prático não são metafisicamente esquisitos como os de um realista intuicionista e também não possuem os problemas da ontologia naturalizada.

A partir dessa breve exposição dos principais elementos do cognitivismo prático, é possível ver que há um grande ganho teórico para o debate metaético contemporâneo na medida em que há uma superação de uma pressuposição equivocada presente nas discussões (que somente existe saber-que) e, consequentemente, a compreensão da necessidade de evitar as falsas dicotomias que existem entre diferentes teorias metaéticas. Nesse sentido, o expressivismo realista também precisa ser abandonado, pois ele sofre dos mesmos defeitos teóricos.

Finalmente, a principal vantagem do cognitivismo prático é dar uma explicação mais simples – e eventualmente mais correta – da normatividade. Essa explicação é constatável na análise de práticas morais tais como o cuidar e o respeitar que são fundamentais, por exemplo, para a bioética senão para a vida moral em geral. Não poderíamos dizer que alguém sabe-como cuidar se, através de suas ações, causa mais danos que benefícios a um indivíduo vulnerável assim como não diríamos que alguém sabe-como respeitar uma pessoa se ele infringe os direitos dela. Como foi mostrado acima, a normatividade é constitutiva dessas atividades que são genuinamente morais.

Observações Finais

No presente artigo, principalmente na primeira parte, fiz uma reconstrução do expressivismo realista de Copp e analisei-o criticamente. Procurei mostrar em que medida ele pode ser considerado uma opção que supera a parcialidade de teorias metaéticas puramente expressivistas ou puramente realistas. Concluí que as supostas vantagens que Copp crê existir no seu enfoque são, na verdade, problemas para a sua teoria metaética.

Na segunda parte, argumentei que há uma maneira de superar as divergências entre enfoques metaéticos, mas que ela é constatável na negação do pressuposto comum a muitas dicotomias que perpassam os debates atuais. Nesse sentido, mostrei que o conhecimento moral é um subtipo do saber-como. A partir de uma análise e de uma definição desse tipo de conhecimento, mostrei em que sentido ele não pode ser compreendido metafisicamente seja pelo naturalismo seja por teorias antinaturalistas. Além disso, caracterizei epistemicamente este tipo de saber mostrando em que

sentido ele é objetivo e garante uma moral universal. Tal moralidade, entretanto, precisa ser contextualizada no pluralismo atual salientando que ela serve como um sistema comumente partilhável capaz de evitar o extremo relativismo, mas que também permite uma latitude capaz de dar conta da diversidade cultural, religiosa etc.

Por fim, argumentei que a principal vantagem teórica do cognitivismo prático é dar conta do fenômeno da normatividade em especial, da normatividade moral. Este ponto positivo pode ser constatado na compreensão de atitudes morais tais como a de cuidar e a de respeitar enquanto manifestações do tipo especial de conhecimento que estamos considerando.

Diante disso, podemos concluir que o cognitivismo prático é um enfoque metaético que possui vantagens teóricas que o recomendam para além de certas polarizações metaéticas contemporâneas. Em especial, ele é uma alternativa melhor que o expressivismo realista para mostrar que é possível convergir nas discussões, mas que para tal temos que abandonar a visão naturalista estreita que reduz o conhecimento ao saber-que evitando assim também o cientificismo tão comum nos dias atuais, incluindo nos meios filosóficos.

Referências

- BENNETT, M. R. & HACKER, P. M. S. *Philosophical Foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell, 2003.
- COPP, D. *Morality in a Natural World*. Selected Essays in Metaethics. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- DALL'AGNOL, D. *Seguir Regras*. Pelotas: UFPel, 2011.
- DARWALL, S. & GIBBARD, A. & RAILTON, P. *Metaética: algumas tendências*. Florianópolis: Edufsc, 2013. (*Série Ethica*)
- FISHER, A. & KIRCHIN, S. (eds) *Arguing about Metaethics*. London/New York: Routledge, 2006.
- FREGE, G. *The Frege Reader*. Oxford: Blackwell, 1997.
- GIBBARD, A. *Wise choices, apt feelings*. A theory of normative judgement. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GIBBARD, A. *Thinking how to Live*. London/Cambridge: Harvard University Press, 2003.

HORGAN, T. & TIMMONS, M. *Metaethics after Moore*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

NEVES, E. F. *O Paradoxo de Moore: uma análise de diferentes soluções*. Pelotas: UFPel, 2011.

SHAFFER-LANDAU, R. *Moral Realism. A defence*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

STANLEY, J. *Know how*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1999.

Email: ddarlei@yahoo.com

RECEBIDO: Maio/2013
APROVADO: Junho/2013